

**ENTRE FRAGMENTOS DE JORNAIS E RETALHOS DE MEMÓRIAS:  
A SECA NA REGIÃO JAGUARIBANA (1932-1933).**

Aline Teixeira Peixoto.  
EEFM Militana Paes.  
alinelions@hotmail.com

O ano de 1932 é marcado historicamente pela grande seca noticiada nos jornais da época, recordada por pessoas mais velhas que viveram naquele momento, e que serviu de motivo para o nascimento de um povoado.

As manchetes dos jornais abordavam a realidade caótica do sertão cearense constatando, “as últimas da seca no sertão: Dez meses de verão depois das minguadas chuvas de abril de 1931” em página seguinte, “alarmante situação em Jaguaribe”.<sup>1</sup> Diante da situação dos sertanejos e recebendo pressões, os políticos da região viam no Major Juarez Távora, a maneira mais fácil de enviar o pedido de socorro ao Governo Federal.

A influência política da família Távora na região e a importância de Juarez Távora no processo de “revolução” ocorrido anterior a seca de 1932, são aspectos que demonstram, segundo os depoimentos orais, de onde surgiria alguma resposta aos apelos urgentes dos sertanejos da região jaguaribana.

Os registros mais comuns da imprensa cearense sobre a seca dividiam-se, sobretudo, em dois assuntos: as ações que poderiam comprometer a segurança pública e de certa forma, a ameaça de que o sertão não pudesse conter os sertanejos, e, por outro lado, a influência de nordestinos como Juarez Távora e José Américo de Almeida no governo do Presidente Getúlio Vargas.

Na visão de políticos de respaldo no cenário nacional como facilitadores da aquisição de verbas para investimentos de emergência no “Norte”, o trabalho de Frederico de Castro Neves é bastante conveniente para observarmos o contexto político que influenciava nas relações do governo e sertanejos. “Como se pode observar, tratava-se de uma continuidade política com relação ao paternalismo oligárquico em suas formas mais

elementares – a troca de favores, o beneficiamento pessoal – que se procurava restaurar num momento de ruptura na ordem institucional.”<sup>2</sup>

Dentro dessa mesma realidade de paternalismo, no jornal O POVO do ano de 1932, chegou-se a divulgar por duas vezes matérias escritas em outros jornais, que enfatizavam severas críticas aos investimentos do Governo Federal na região. “A <<culônia>> está zangada – A fome do Ceará vista pelos gozadores do Rio”<sup>3</sup>; “A <<Batalha>> e o governo do Capitão Carneiro de Mendonça”, dando destaque a política do interventor em relação à seca:

Em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, existe um interventor que não formou partidos, não patrocinou candidatos, não desenvolveu cabola eleitoral. (...) o Ceará é o paraíso do governo ditatorial e que é o caso de abençoar a seca que fez chover uma política assim.<sup>4</sup>

Embora existam exceções como estas, a imprensa cumpria um papel bastante tendencioso, ao demonstrar as atitudes dos políticos e elite econômica de criarem no imaginário nacional o clamor de uma parte do país que periodicamente necessita de atenções especiais. A demonstração das soluções de socorro público poderia aparecer de formas bastante divergentes, pois partiam do sertão aos políticos da capital, ou mesmo dos diferentes grupos políticos em nível estadual.

Entretanto, o retrato do Ceará na imprensa de 1932, era caricaturado nos textos e imagens de modo coeso no sentido da carência e emergência. A utilização da seca como um aspecto natural e motivo suficiente para o envio constante de verbas é sempre demonstrado de maneira sensacionalista pelas autoridades e jornais.

(...) levas de desgraçados, com faces lívidas, com vertes esfarrapadas, desgranhados os cabelos, surgem pelas estradas, sob a inclemência de um sol causticante, vítimas da natureza impiedosa e do céu traiçoeiro do Ceará, que lhe recusa chuva<sup>5</sup>

O jornal evidenciava a situação nos primeiros dias de janeiro, “300 flagelados assaltaram a Estação de Orós: e retiraram 48 fardos de Xarque. Carne destinada aos flagelados de Jaguaribe-Mirim”.<sup>6</sup> Repercutindo na imprensa de modo a demonstrar-se a necessidade de uma solução, antes que emergisse outros descontentamentos, o acontecimento do saque novamente foi noticiado. “Os famintos atacaram um comboio de

gêneros, a saída de Orós”, acompanhando a manchete o verso, “A lei? Eu tinha fome. E a Lei, a mais severa. Não tem valor algum. Se a grande fome impera”.<sup>7</sup>

Tendo realizado os registros sobre o risco de que os sertanejos ficassem incontroláveis, e seus atos justificáveis pela miséria vivida, naquele instante o objetivo seria fazer o uso da influência de políticos do cenário nacional para obterem recursos financeiros. O apelo por verbas passa a ser tematizado nos jornais dividindo espaço somente com a crise do governo de Getúlio Vargas, que no momento perdia alguns membros gaúchos do seu governo. O cotidiano de desentendimentos no setor político agravava-se, porém ministros nordestinos como o cearense Juarez Távora e o paraibano José Américo de Almeida tratam de demonstrar ao presidente as prioridades do Nordeste.

Algumas dezenas de notas publicadas nos jornais são pedidos de verbas que possuem respostas positivas por parte dos políticos com acesso ao Presidente Getúlio Vargas. Vale salientar sobre os recursos enviados para o Estado neste período, principalmente por ser a seca justificativa principal de angariação de finanças nos anos de 1932-1933. As críticas realizadas em matérias a respeito da facilidade com que o Ceará conseguia benefícios no governo federal merecem atenção, quando o cenário nacional que se tentou criar foi de “conter” a miséria da seca no sertão.

As verbas nem sempre tinham como destino o habitat do homem sofrido, caricaturado como mendigo, mas em inúmeras vezes serviram para beneficiar a capital do estado e seus “ilustres” moradores. A miséria de alguns se tornava boa oportunidade de angariar dinheiro para obras de Fortaleza que provavelmente sem o motivo da seca, demorariam mais tempo para serem atendidas.

No trabalho, Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932, da autora Kênia Sousa Rios, a mesma aborda o oportunismo em relação à seca. “Os discursos eram incansáveis na tentativa de impulsionar o desenvolvimento da cidade de Fortaleza. A relação de benefício com a calamidade era algumas vezes, muito explícito”<sup>8</sup> O discurso proferido pelo diretor do jornal O POVO, o senhor Demócrito Rocha, na ocasião da visita de Getúlio Vargas ao Estado, serve como demonstração.

Olhai para a enseada de Fortaleza! São dois braços que se abrem para o Oceano, chamando a navegação, chamando o comércio, chamando a cultura, chamando a riqueza! Mandai construir o porto do Ceará! É o que vos pedem esses milhares de boca que vos aplaudem, é o que vos rogam um milhão e seiscentos mil cearenses. E que esse pedido seja confirmado pelo clamor do povo em vossa homenagem. VIVA DR. GETULIO VARGAS”.<sup>8</sup> (Grifos meus).

A tese de Albuquerque Júnior (1988), “Falas de astúcia e angústia: A seca no imaginário nordestino – de problema à solução” é de extrema importância para se compreender a postura praticada em 1932. O seu objeto de estudo é o “discurso da seca” produzido e amplamente divulgado a partir da seca de 1877.

Muitos dos trabalhos abordando a seca, os documentos produzidos a respeito deste tema, e inclusive, a memória dos que testemunham esses episódios, podem ser observados a partir da teoria deste autor com a perspectiva de que sejam quebrados alguns mitos ou mesmo que se possa reinterpretar as causas e conseqüências de um fenômeno social e cultural construído.

O contexto político e social vivenciado possibilitou a solicitação por parte dos jaguaribanos da família Távora de verbas para construir na região uma barragem que concentrasse os sertanejos do entorno, evitando assim a migração em massa para a capital cearense ou mesmo outros lugares.

A partir da liberação realizada pelo Ministro José Américo ao Inspetor Federal de Obras Contra Secas, Sr. Luiz Gonzaga, para que fossem realizadas as admissões dos sertanejos aos serviços da obra, é iniciada a obra que irá reunir não apenas trabalhadores da região jaguaribana.

A fonte de pesquisa para observar o processo de construção do açude, e, posteriormente, o nascimento da comunidade são os relatos de colaboradores que vivenciaram desta experiência. É, portanto, na análise das memórias dos sertanejos, que foram coletadas as informações sobre o cotidiano das pessoas que protagonizaram o nascimento do fabuloso Feiticeiro.

*Retalhos das memórias: um olhar para o passado.*

As lembranças da seca: como era o local antes, o alistamento para trabalhar na construção do açude, o tratamento por parte dos funcionários do governo, a febre amarela, as relações de contatos e conflitos dos sertanejos e o dia da inauguração do açude.

As visitas freqüentes foram importante parte da pesquisa tendo em vista a ausência de registros na historiografia regional. Algumas vezes, durante este período, os encontros e relatos foram influenciados pelo momento político que eles vivenciavam e, de certa forma, o contexto causava quebra de silêncio para alguns e resistências em outros, ao relatarem como era o passado na seca, na obra e nos anos seguintes.

Os moradores do entorno daquela obra de 1932 estavam vivenciando novamente de um momento de caos. Por motivações diversas, entre elas a acomodação do povo que passivamente parece agir desde os remanescentes no passado aos descendentes atualmente, o açude Joaquim Távora estava completamente seco. A realidade de dependência de políticas públicas para novamente “socorrer” o povo parecia restabelecer o passado no presente.

A memória parece não ter sido abalada pelo tempo; as lembranças das imagens do ano de 1932. Nos olhos dos remanescentes e no rompimento do silêncio, a expressão do passado, ‘as memórias subterrâneas’ daqueles que serviram de mão-de-obra, são importantes fontes para observarmos a partir da memória, aspectos inerentes ao momento da construção do açude.

A mata fechada que no passado servira para enfeitiçar e alimentar o gado fugido, vítima de outras estiagens, agora daria lugar à maior obra de emergência do governo provisório na região. Realizado o estudo do açude, tendo sido autorizado o alistamento dos sertanejos para a mão-de-obra, a mata é substituída pelas latadas de zinco e materiais de construção. Como todas as outras construções financiadas pelo governo, muitas dezenas

de sertanejos chegavam todos os dias para pedir emprego e oriundos não somente da região (vieram até mesmo do Rio Grande do Norte e Paraíba). A prioridade para permanecer era dos que já traziam ferramentas de trabalho.

Quando os barracos montados não eram suficientes, as famílias improvisavam suas hospedagens junto com outros trabalhadores. Assim, as estruturas desenvolvidas os conduziam a viverem coletivamente, a dividirem o seu cotidiano e as suas privacidades com pessoas que muitas vezes tinham costumes diferentes. “Encostava gente de todo lugar, quem ainda não tinha barraca se ajuntava com outra família enquanto fazia a sua latada. Era gente demais aqui, mais na entrada de 1933”.<sup>9</sup>

A convivência coletiva forçada pela falta de estrutura não foi única novidade no mundo de trabalho do sertanejo. Após a confirmação de quem ficaria para trabalhar no açude de Feiticeiro, outras questões foram estabelecidas como regras para esta permanência. O tratamento dos funcionários da Inspetoria Federal de Obras Contra Secas (IFOCS) para com os trabalhadores da obra se caracteriza principalmente pela dureza e controle disciplinar, o que não diferencia o cotidiano nesta construção das outras obras de emergências em lugares diversos do sertão.

A situação de miséria na realidade vivida por centenas de pessoas, e justificada na seca como algo relacionado à natureza, fazia parte do discurso oficial e da prática desenvolvida, tendo especificamente como alvo o sertanejo. O objetivo principal foi contê-los nas suas regiões, evitando problemas de segurança pública, sendo estabelecidas normas de convivência a serem fiscalizadas pelos homens do governo e cumpridas por seus submissos, os sertanejos.

Os remanescentes que colaboraram na pesquisa, em sua maioria, mantinham um contato peculiar com os funcionários, pois eles haviam recebido como função, chefiarem alguns grupos de trabalhadores. De certa forma o relacionamento mais presente com os responsáveis deram-lhes alguns privilégios, que os diferenciavam dos demais. Mesmo tendo como resistência a lembrança do paternalismo recebido pelos ‘homens bons’, quando o exercício da memória é aguçado a revelar as várias formas de relacionamento,

o colaborador aponta para retalhos da memória que demonstram outras características desta relação ‘caçacos- homens bons’.

O controle social encontrava no medo do caçado a existência do silêncio respeitoso como resposta, para marcar o relacionamento entre esses e os funcionários do governo. “Em 1932 era ano de grande seca, uma obra dessa trazia muita gente. Naquela época o sujeito tinha que se conformar com tudo, porque tinha chefe que se aproveitava da falta de recursos e da sua própria dureza, então os caçacos tinham que trabalhar duro mesmo”.<sup>10</sup>

O depoimento citado, de um dos trabalhadores que possuía a interessante experiência de conviver entre os chefes e os sertanejos, mostra um pouco a realidade vivida. Uma outra lembrança que chama a atenção, é que se tornou costume por parte dos mais resistentes a esta realidade, denominarem a Inspetoria Federal de Obras Contra as secas – IFOCS, de Isso Faz o Caçaco Sofrer.

A grande concentração dos caçacos parecia não ameaçar a administração dos trabalhos, principalmente pela atitude de conformação diante das regras estabelecidas. Mas uma epidemia de febre amarela acabaria por interromper a suposta paz no mundo do trabalho, causando preocupação dos chefes com uma possível rebelião. Os caçacos revoltavam-se com a utilização da vacina e com as recomendações médicas ao diagnosticarem as vítimas da febre.

O saber médico é colocado à prova pelos que acreditavam fielmente nos conhecimentos populares e nas orações de alguns sertanejos. Diante do quadro de resistência as recomendações médicas e das condições sanitárias adequadas, a epidemia era crescente, fazendo com que fosse estabelecida uma nova ordem sanitária: os trabalhadores que se omitissem a receber orientação a tornar a vacina seriam dispensados do serviço.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos encarregados da IFOCS, à alimentação irregular e aos acidentes de trabalho, o pior problema a ser enfrentado é o conflito criado entre os sertanejos e a medicina realizada pelas equipes de controle dos problemas de saúde. Esse é o primeiro instante em que as ordens emitidas encontram nos trabalhadores resistência em forma de atitude. Nem mesmo sob o risco de perder

suas vidas, vítimas da grande epidemia da febre amarela, aquelas pessoas recebiam as instruções dos médicos e as obedeciam. O depoimento do senhor Raimundo Pedrosa demonstra a resistência dele ao diagnóstico do médico Dr. Gouvea:

Tinha um doutor aqui, mais ele fazia era matar o povo. A casa dele era lá do outro lado. Muita gente morria mais era de fome. Sabe por que? Porque as dificuldades era grande, mas o povo trabalhava e tinha o que comer. Mas o negócio era que ele dizia não dê comê, não dê comê. Uma irmã minha adoeceu dessa febre. Doutô, eu vim aqui pro senhô da um remédio pessa moça. Ele disse: dê caldo de mocotó! Fazendo pouco. Ai eu voltei pra trás, cheguei e disse: mamãe taqui ela e o douto não deu nada, nem um comprimido. Ai eu disse: dê comida a ela. Minha mãe disse: Cê ta louco? O douto já disse que não é pra dá comê. Eu disse: ele é douto, eu sou pade, dê comê. Mamãe fez um arroz, ai eu disse a ela pra comê. No outro dia eu perguntei: Ta com fome, Chiquinha? Tô. Dê mais comida a ela mamãe. Ela disse: Raimundo, eu não dô, senão ela morre. Mamãe se ela morrer eu enterro. Ai fui trabalhar, quando cheguei perguntei, ta melhor, Chiquinha? Ela disse: to. Até que Deus acudiu e ela escapou daquela doença.<sup>11</sup> (grifos meus).

Os relatos do cotidiano também trazem informações do grande número de mortes onde, pela primeira vez, os remanescentes demonstraram em suas versões verdadeira pluralidade de pensamentos. As cenas de dezenas de vítimas por dia são lembradas por uns como algo inesquecível, chocante, enquanto por outros, como natural, dentro da realidade vivida.

Para aqueles que lembram as mortes lamentando que essas tenham ocorrido com números tão alarmantes, escapar da fome de 1932, dos acidentes de trabalho (a razão da maioria das mortes até então) e morrer da febre amarela era algo inaceitável. Afinal, as convivências forçadas pelas regras da Inspetoria, acabavam por entrosar pessoas até então com costumes diferentes, fazendo algumas vezes nascerem contatos muito fortes, principalmente, por eles possuírem os mesmos motivos para ali estarem.

A emoção do senhor Raimundo Pedrosa ao indagá-lo sobre a febre amarela parece inarrável, pois aquele ‘pade’ que ajudou a recuperar sua irmã, vítima da doença, convencendo sua mãe a fazer coisas diferentes da orientação médica, ao lembrar noutros retalhos da sua memória algumas cenas da epidemia demonstra sentimentos diferentes.



Residindo próximo ao sangradouro do açude, e estando no momento da entrevista de frente para o mesmo, desviando o olhar, fixando-o numa parte de vegetação ainda existente, inclinando os ombros para baixo e, pela primeira vez, durante esse contato, mostrando-se abalado com as lembranças, em meio ao silêncio contou outros casos onde não conseguira evitar a fatalidade:

A mortandade de gente aqui foi à maior do mundo. Uma vez eu saí daqui para ir buscar água lá em cima, quando cheguei mais em cima tinha um pé de juazeiro que não tinha galho nem folha, não tinha porque já tinham cortado. E uma moça morta, a mãe chorando com mais três filhinhos, a pobreza, a pobreza maior do mundo. Aí cheguei e pedi a Ismael <encarregado>, mim dê uma pessoa para ajudar a enterrar uma moça. Ai ele disse: Chame qualquer um ai. Pedi uma redinha, a mãe dela disse que não tem, só tinha uma tanga. Ai pegamos ela butemos encima dessa tanga, amarremo nas ponta uma vara e levemos. Ele pegou numa ponta, eu noutra e fomo pro cimitério. Dessa vez sabe quantos enterrei? 10.<sup>12</sup>

Mas a crítica realidade das mortes que levaram os caçacos a abrirem enormes valas num cemitério improvisado acima do lugar destinado ao açude, e remeterem dezenas de corpos a cada dia, nem sempre é observada por todos os remanescentes, como chocante. Outro colaborador narrou de modo bastante peculiar, outros rituais paralelos aos velórios:

Não tinha porque ter tristeza. Nos barraco depois do trabalho, eu pegava num quarto de criação, colocava pra cozinhar e todo mundo comia muito. No meio de nois, os doentes e a gente sabia que eles iam morrer. Pra que desesperar? de todo jeito ia morrer mesmo. Algumas vez vizinho a um barraco com um morto pra ser enterrado noutra dia, a música truava com um sanfoneiro animado.<sup>13</sup>

### ***O nascimento da comunidade de Feiticeiro.***

Em setembro de 1933 o jornal O POVO divulgava desde os primeiros dias do mês a expectativa gerada pela excursão do Governo Federal que iria inaugurar várias obras de socorro às vítimas da seca. Os jornais demonstram o percurso e os detalhes da visita do Presidente Getúlio Vargas e dos ministros Juarez Távora e José Américo de Almeida. No dia 16 de setembro de 1933, a notícia de que o açude de Feiticeiro, que recebeu o nome de Joaquim Távora estava inaugurado foi divulgada na mídia e registrada na memória dos que protagonizavam a obra e o nascimento do povoado.

A obra que serviu para concentrar as famílias vítimas da seca por alguns meses na região jaguaribana, impedindo processos comuns de migração nas épocas de estiagens, bem como para garantir que o sertão conseguisse conter os sertanejos, estava oficialmente terminada.

O açude de Feiticeiro poderia ter se tornado mais um empreendimento construído com recursos federais nas mãos de proprietários particulares, aspecto muito comum em outras obras dessas no Nordeste. Inclusive, nos registros encontrados em jornais da época foi observado durante diversas oportunidades, a doação por parte do IFOCS de ferramentas e recursos a serem trabalhados com mão-de-obra de sertanejos em terras de particulares, sendo posteriormente a venda destas ferramentas anunciadas pelos proprietários de terras.

No caso do açude Joaquim Távora, a inauguração serviu para os remanescentes como marco inaugural de um novo povoado. Alguns deles consideravam aquele lugar uma chance de recomeçar as suas vidas, e o açude seria elemento importante como acúmulo de água para a região.

A partir deste dia histórico na vida daqueles sertanejos, uns preferiram ter naquele local, apenas a experiência de fuga da miséria e seguiram para outros lugares, Mas alguns deles viram a possibilidade de fixar moradia naquelas terras, e recomeçar suas vidas próximo à construção que haviam contribuído para realizar.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

<sup>1</sup> SARASATE, Paulo. “Alarmante situação em Jaguaribe”. O POVO, Fortaleza, 07/01/1932, p.05.

<sup>2</sup> NEVES, Frederico de Castro. A multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará. RJ: Relume Dumará, 2000.

<sup>3</sup> SARASATE, Paulo. “A <<culônia>> está zangada – a fome vista pelos gozadores do Rio”. O POVO, Fortaleza, 26/01/1932, Capa, p.01.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_ . “A <<Batalha>> e o Governo do Cap. Carneiro de Mendonça”. O POVO, Fortaleza, 05/07/1933, Capa, p.01.

<sup>5</sup> SARASATE, Paulo. “A seca”. O POVO, Fortaleza, 22/02/1932, p.07.

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_ . “300 flagelados assaltaram Orós. O POVO, Fortaleza, 11/01/1932, p.01.

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_ . “Os famintos atacaram ...”. O POVO, Fortaleza, 13/01/1932, p.01.

<sup>8</sup> RIOS, Kenia Sousa. Campos de Concentração no Ceará: Isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

<sup>9</sup> Entrevista, 10/02/2002, Sr. Raimundo Lúcio.

<sup>10</sup> Entrevista, 10/02/2002, Sr. Raimundo Lúcio.

<sup>11</sup> Entrevista, 10/02/2002, Sr. Raimundo Pedrosa.

<sup>12</sup> Entrevista, 10/02/2002, Sr. Raimundo Pedrosa.

<sup>13</sup> Entrevista, 25/03/2001, Sr. Clodoaldo Bessa.